

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 4758/2023

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e higienização de reservatórios para atender a demanda das unidades e dispositivos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.**

1.2. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico, via registro de preços (modalidade Pregão, artigo 28 c/c artigo 78 dos Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021) ;

1.3. Tipo: Menor preço GLOBAL, nos termos da Lei 14.133/21;

1.4. Demanda: O serviço contratado será demandado em 2 (duas) parcelas, semestralmente, ao longo de 12 (doze) meses, consoante artigo 3º da Lei Estadual nº 1893 de 20/11/1991 e Decreto nº 20.356 de 17 de agosto de 1994;

1.5. Período: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e higienização de reservatórios para atender a demanda das unidades e dispositivos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CATSER	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.
13595	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA LOTADOS NAS UNIDADES E DISPOSITIVOS QUE COMPÕEM A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	MÊS	12
SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO		QUANT. DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA	QUANT. DE LAVAGENS
1.1	CAIXA D' ÁGUA 100 LITROS		1	2
1.2	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS		10	20
1.3	CAIXA D'ÁGUA 1.000 LITROS		42	84
1.4	CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS		4	8
1.5	CAIXA D'ÁGUA 5.000 LITROS		5	10
1.6	CAIXA D'ÁGUA 10.000 LITROS		1	2
1.7	CISTERNA 10.000 LITROS		1	2
1.8	CAIXA D'ÁGUA 15.000 LITROS		1	2
1.9	CISTERNA 20.000 LITROS		1	2
1.10	CISTERNA 30.000 LITROS		1	2
1.11	CISTERNA 35.000 LITROS		1	2
1.12	CAIXA D'ÁGUA 50.000 LITROS		1	2
1.13	CAIXA D'ÁGUA 80.000 LITROS		2	4

* Os quais se encontram lotados nas unidades e dispositivos de saúde conforme tabela abaixo:

		RESERVATÓRIOS- CAIXAS/ CISTERNAS (L)												
UNIDADE REQUISITANTE		CAIXA D' ÁGUA 100 L	CAIXA D' ÁGUA 500 L	CAIXA D' ÁGUA 1.000 L	CAIXA D' ÁGUA 2.000 L	CAIXA D' ÁGUA 5.000 L	CAIXA D' ÁGUA 10.000 L	CISTERN A 10.000 L	CAIXA D' ÁGUA 15.000 L	CISTERN A 20.000 L	CISTERN A 30.000 L	CISTERN A 35.000 L	CAIXA D' ÁGUA 50.000 L	CAIXA D' ÁGUA 80.000 L
1.1	AMBULÂNCIA E HEMOCENTRO - Rua			3		2			1				1	2
1.2	DE CASTRO - Trav. Antônio Fernandes					2				1	1	1		
1.3	Kassuga - Rua Vicente Sobrinho, s/nº			3										

1.4	Henrique Braune: Rua Plínio Casado, s/nº						1							
1.5	Costa Rua José Ernesto Knust 184			2										
1.6	Rua Darcília dos Santos, s/nº			2										
1.7	Augusto dos Reis Júnior São Geraldo			2				1						
1.8	R. Rival Gripp, nº 75 Amparo- Nova		4											
1.9	ESPERAN ÇA - Boa Esperança 5º Distrito-			1										
1.10	DO COELHO - Rua Jones Muniz-			2										
1.11	João Cabral Sobrinho, S/N- Conquista			2										
1.12	Guilherme Eugênio Spitz S/N- Lumiar- 5º			1										
1.13	MURY AV. Hamburgo- S/N- Mury- Nova			2										

1.14	Moises Morães Filho-S/N- Nova Suíça-			1										
1.15	Xingú, R. 02 - nº de Alto Olaria- Nova			1										
1.16	R. Espírito Santo, nº 9 - Alto de Olaria- Nova			1										
1.17	R. Augusto N. Rodrigues, nº 59 - Alto de			2										
1.18	BONITO - Rio Bonito de Lumiar- 5º Distrito- Nova			2										
1.19	Senhora do Rosário, s/nº - Riograndin - Nova			2										
1.20	SAO LOURENÇ O - Est. São Lourenço, 5º Distrito		1											
1.21	SERRA - R. Rodrigues Alves, nº 75 - S. P. - Nova			2										
1.22	Rua Acedimiro Bussinger, s/nº- Vale do Stucky- Nova			1										
1.23	Est. João Heringer, s/nº - Vargem Alta -			1										

1.24	A - R. Francisco Lopes, s/nº - Varginha-Nova			1										
1.25	Eugênia de Almeida Maia, nº 110- Conselheir			1										
1.26	Estrada de Albino de Sá Martins-Conquista			1										
1.27	Darcília dos Santos, S/N- Cordoeira-		1											
1.28	Comte Bittencourt, nº 142, Centro, Nova		4											
1.29	Roberto Saboia de Medeiros, B, 24 Centro, Nova			2		1								
1.30	Julio Antônio Thurler, 431 - Olaria Nova				4									
1.31	EM - A SAÚDE - Rua Augusto Cardoso, 200			2										
1.32	TICA I - São Roque, nº 240, Bela Vista,	1		2										
QUANT. DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA		1	10	42	4	5	1	1	1	1	1	1	1	2
QUANT. DE LAVAGENS		2	20	84	8	10	2	2	2	2	2	2	2	4

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, sendo executado em 2 (duas) parcelas, semestralmente, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 106 da Lei 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para a contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente contratação visa a contribuir para a adequação das condições de limpeza e higienização dos reservatórios de água para fins de manutenção dos padrões de potabilidade, conforme estabelece o Decreto nº 20.356 de 17 de agosto de 1994 que regulamenta a lei nº 1.893 de 20/11/1991, que dispõe sobre a matéria.

3.3. Os serviços a serem contratados também possui o fito de contribuir com o cumprimento das exigências sanitárias e promoção da saúde e cidadania dos pacientes, acompanhantes e servidores lotados nas unidades e dispositivos da rede municipal de saúde.

3.4. Considerando que o prazo de validade dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água é de 06 (seis) meses, cada caixa de água/reservatório/cisterna da Unidade deverá passar por 02 (duas) limpezas no decorrer do contrato.

3.5. A presente contratação atenderá a demanda das Unidades de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. Limpeza e higienização dos reservatórios de água lotados nas Unidades e Dispositivos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2. Compreende-se por reservatórios caixas d'água, caixa de alvenaria, caixa de polietileno, caixa de fibra e cisterna conforme descritos no Anexo I.

4.3. A empresa deverá fornecer mão de obra especializada para a execução do serviço, bem como deverá se responsabilizar por todo o material a ser utilizado na limpeza e higienização dos reservatórios.

4.4. A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado aos reservatórios tais como: caixas d'água ou suas tampas, cisternas ou suas tampas, bombas de recalque, telhas das coberturas ou qualquer outro dano ao imóvel durante a execução dos serviços.

4.5. A empresa vencedora ao término do serviço deverá apresentar laudo de análise bacteriológica e registro do laboratório junto ao INEA, que deverão ser afixados nos quadros de avisos nas portarias dos prédios das unidades.

4.6. Durante a execução dos serviços, a empresa deverá ser responsável pelo abastecimento de água nos imóveis, ou seja, nenhum imóvel deverá sofrer interrupção no abastecimento de água durante a limpeza dos reservatórios.

4.7. Para a prestação dos serviços deverão ser utilizados produtos que tenham registro no Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e outros conforme legislação em vigor.

4.8. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, junto as Notas Fiscais, relatórios mensais de avaliação da qualidade da água dos reservatórios que foram higienizados.

4.9. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, junto as Notas Fiscais, cronograma físico de realização das atividades, para melhor acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços por parte da CONTRATANTE.

4.10. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente equipados com os EPI's adequados para o serviço.

4.11. O cronograma dos serviços, bem como suas localidades **prioritárias** deverão ser identificados pela **CONTRATADA**, visto ser a parte que detém da expertise necessária para tanto, respeitando, sempre, a solicitação das Unidades Requisitantes e os prazos para a execução dos serviços.

4.12. A empresa CONTRATADA deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.13. A empresa CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

4.14. A empresa CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA no 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.15. A **CONTRATADA** deverá **proceder com a realização dos serviços no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho referente a Unidade Requisitante.**

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Sustentabilidade:

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto no 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA no 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial (salvo nas condições estabelecidas no subitem 6.1.1 desde Termo de Referência), concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

5.3.1. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se

dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/205.

5.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6. VISTORIA TÉCNICA

6.1. Serão facultadas as empresas interessadas em participar do certame licitatório a realização de visita (vistoria) técnica as dependências e instalações das Unidades relacionadas, vistando total ciência das condições das Unidades relacionadas no presente Termo.

6.2. A vistoria poderá ser realizada por um responsável técnico credenciado da Licitante, acompanhado por um profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2.1. A **CONTRATANTE** deverá agendar uma data específica para este fim.

6.2.2. A data da visita técnica constará no instrumento editalício.

6.3. Ao término da vistoria será emitido, em 2(duas) vias, o Termo de vistoria conforme modelo constante deste Termo de Referência.

6.4. Considera-se de grande relevância a realização da vistoria visto que propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir, sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

6.5. A empresa que NÃO vistoriar os locais assumirá todos os riscos e ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir desta visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço.

6.6. A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar junto a documentação da habilitação técnica Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante deste Termo de Referência.

7. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

7.1. A CONTRATADA deverá proceder com a realização dos serviços no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho referente a Unidade Requisitante.

7.2. Os serviços serão prestados pelo período de 12 (doze) meses, e executados em 02 (duas) parcelas no decorrer do contrato, a cada 6 (seis) meses.

7.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO E ANEXOS: CENTRAL DE AMBULÂNCIA E HEMOCENTRO – Rua General Osório, 324 – Centro – Nova Friburgo/RJ
HOSPITAL MATERNIDADE DR. MARIO DUTRA DE CASTRO – Trav. Antônio Fernandes Moreira, 12 – Centro – Nova Friburgo/RJ
Posto de Saúde Tuney Kassuga - Rua Vicente Sobrinho, s/nº - Olaria Nova Friburgo/RJ
Policlinica Centro - Dr. Sylvio Henrique Braune: Rua Plinio Casado, s/nº - Centro Nova Friburgo/RJ
Policlinica Norte - Dr. Waldir Costa - Rua José Ernesto Knust , 184 - Cons.Paulino Nova Friburgo/RJ
UBS Cordoeira - Dr. Ariosto B. de Mello - Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira - Nova Friburgo/RJ
UBS São Geraldo- José Copertino Nogueira - Rua Antonio Augusto dos Reis Júnior - São Geraldo - Nova Friburgo/RJ (02 caixas de 1.000l/01 cisterna de 10.000)
ESF DE AMPARO - R. Rival Gripp, nº 75 – Amparo- Nova Friburgo/RJ
ESF DE BOA ESPERANÇA - Boa Esperança- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ
ESF - CAMPO DO COELHO – Rua Jones Muniz- Campo do Coelho- 3º Distrito
ESF DE CENTENÁRIO – Rua João Cabral Sobrinho, S/N- Conquista – Nova Friburgo/RJ
ESF DE LUMIAR - R. Guilherme Eugênio Spitz –S/N- Lumiar- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ
ESF DE MURY – AV. Hamburgo- S/N- Mury- Nova Friburgo/RJ
ESF DE NOVA SUIÇA - R. Moises Moraes Filho-S/N- Nova Suíça- Nova Friburgo/RJ
ESF DE OLARIA I - R. Xingú, nº 02 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ
ESF DE OLARIA II - R. Espírito Santo, nº 9 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ
ESF - OLARIA III - (Amarelinho) - R. Augusto N. Rodrigues, nº 59 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ
ESF DE RIO BONITO - Rio Bonito de Lumiar- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ
ESF DE RIOGRANDINA - Pça Nossa Senhora do Rosário, s/nº – Riograndina- 2º Distrito- Nova Friburgo /RJ
ESF DE SÃO LOURENÇO - Est. São Lourenço, 5º Distrito – NF/RJ
ESF DE SÃO PEDRO DA SERRA - R. Rodrigues Alves, nº 75 - S. P. da Serra – 7º Distrito- N. Friburgo/RJ
ESF DE STUCKY – Rua Acedimiro Bussinger, s/nº- Vale do Stucky- Nova Friburgo/RJ
ESF DE VARGEM ALTA - Est. João Heringer, s/nº - Vargem Alta – Nova Friburgo/RJ

ESF DE VARGINHA - R. Francisco Lopes, s/nº - Varginha- Nova Friburgo /RJ**ESF DE TERRA NOVA- Rua Eugênia de Almeida Maia, nº 110- Conselheiro Paulino- Nova Friburgo- RJ****ESF DE CONQUISTA- Estrada Albino de Sá Martins- Conquista - Nova Friburgo-RJ****ESF DE CORDOEIRA- Rua Darcília dos Santos, S/N- Cordoeira- Nova Friburgo- RJ****CAPSI AD – Avenida Comte Bittencourt, nº 142, Centro, Nova Friburgo/RJ****CAPS III – Rua Padre Roberto Saboia de Medeiros, 24 B – Centro – Nova Friburgo/RJ****CAPS i – Avenida Júlio Antônio Thurler, 431 – Olaria – Nova Friburgo/RJ****SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Rua Augusto Cardoso, 62 – Centro – Nova Friburgo/RJ****GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL – RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I – Rua São Roque, nº 240 - Bela Vista – Nova Friburgo/RJ**

7.4. A execução dos serviços deverá ocorrer em horário comercial, qual seja, de segunda a sexta-feira, de 9 horas às 16 horas.

7.5. Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, dentre outros, conforme artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

7.6. A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, aseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

7.7. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

7.8. As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

7.9. Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

7.10. A empresa CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: locomoção de pessoal técnico, seguros e acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhista, encargos fiscais e demais despesas necessárias à plena prestação dos serviços.

7.11. A empresa CONTRATADA deverá fornecer toda mão de obra, materiais, transportes, ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços.

7.12. Deverá a prestadora dos serviços empregar quantitativo necessário de funcionários, face a todos os serviços a serem executados, uma vez que o serviço poderá ser executado simultaneamente em todas unidades e setores da Secretaria Municipal de Saúde.

7.13. Os empregados da empresa contratada deverão se apresentar com pontualidade, de acordo com as datas e horários previamente agendados pelo **CONTRATANTE**, para fins de execução dos serviços contratados.

7.14. Os empregados da empresa contratada, quando da execução dos serviços, ou ainda nas dependências das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, deverão estar devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá.

7.15. A empresa contratada deverá substituir, imediatamente, qualquer empregado cujo desempenho e conduta sejam considerados, pelo **CONTRATANTE**, inconvenientes para o desempenho das atividades.

7.16. Caberá a prestadora dos serviços responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela **CONTRATANTE**, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções.

7.17. Não cabe a **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade por atos de negligência do pessoal da **CONTRATADA** durante o horário de trabalho.

7.18. Caberá a contratada substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados.

7.19. A prestadora dos serviços deverá registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da **CONTRATANTE**;

7.20. Caberá a empresa contratada responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**;

7.21. A contratada deverá proceder à supervisão das atividades de gerenciamento, orientação, controle acompanhamento dos serviços, designando para tanto um preposto, o qual deverá tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e responder junto à fiscalização.

7.22. As normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes deverão ser zeladas para que sejam cumpridas.

7.23. Todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela **CONTRATADA** durante toda a vigência do contrato;

7.24. A **CONTRATADA** executará os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;

8. DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), portanto, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informados(as):

NOME	MATRÍCULA	UNIDADE	DESIGNAÇÃO
DIANA ROQUE ECARD	063.230	DA CONTRATAÇÃO	GESTORA TITULAR
GILMARA GUIMARÃES DE SOUZA	062.870	DA CONTRATAÇÃO	GESTORA SUBSTITUTA
ANTÔNIO CARLOS SANT' ANA	207.630	HMRS	SUPERIOR IMEDIATO
GILMAR DOS PASSOS ROSA	623.446	HMRS	FISCAL TITULAR
JADDER DA COSTA QUEIROZ	111.043	HMRS	FISCAL SUBSTITUTO
ADRIANE DE JESUS SCHENQUEL	299.287	HMDMDC	SUPERIOR IMEDIATO
MARCOS ALEXANDRE DA SILVA CRUZ	115.027	HMDMDC	FISCAL TITULAR
ALESSANDRO TRIGO DE AQUINO	2115050	HMDMDC	FISCAL SUBSTITUTO
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	SAB	SUPERIOR IMEDIATO
PATRÍCIA SOARES CARVALHO	299.080	SAB	FISCAL TITULAR
ROBERTA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	117.089	SAB	FISCAL SUBSTITUTO
LUCIMAR FIGUEIRA RIBEIRO	207.764	ESF	SUPERIOR IMEDIATO
KARLA HERDY ALMEIDA	299.089	ESF	FISCAL TITULAR

MARIZA DIAS SIQUEIRA	299.362	ESF	FISCAL SUBSTITUTO
CLAUDIA PIETROBON DE A. MAFRA	299.138	CAPS AD	SUPERIOR IMEDIATO
ERICK DAUDT	2115.142	CAPS AD	FISCAL TITULAR
BÁRBARA SALOTTO MARCHETTI	115.218	CAPS AD	FISCAL SUBSTITUTO
ROSILENE KLEIN BARRADAS	115.231	CAPS III	SUPERIOR IMEDIATO
LUCIANA RODRIGUES DE O. ÂNGELO	062.194	CAPS III	FISCAL TITULAR
MARIANA OLIVEIRA SIQUEIRA ALVES	063.248	CAPS III	FISCAL SUBSTITUTO
KATYA ALEXANDRA GUIMARÃES DE SOUZA LISBOA	207.758	CAPS i	SUPERIOR IMEDIATO
CAROLINA GIANFALDONI VIANA	115.186	CAPS i	FISCAL TITULAR
ARMANDO VALMIR SARDINHA	112.079	CAPS i	FISCAL SUBSTITUTO
ALÍCIA SIQUEIRA EMERICH	063.219	SUB. VIGILÂNCIA EM SAÚDE	SUPERIOR IMEDIATO
MARCELO MILLER MARTINS DA COSTA	207.004	SUB. VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FISCAL TITULAR
FELIPE SOUZA DE OLIVEIRA	207.010	SUB. VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FISCAL SUBSTITUTO
CAMILA DA MOTTA MOREIRA ESTANISLAU	195.078	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I	SUPERIOR IMEDIATO
ADEMILTON DA GLÓRIA PEREIRA	111.598	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I	FISCAL TITULAR
CARLA FEU DA SILVA TORRES	121.124	RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I	FISCAL SUBSTITUTO

8.1.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.1.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.1.11.1. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.2. DO RECEBIMENTO

8.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado da execução do serviço em casa Unidade, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.2.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.1.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.1.1.4. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.2.1.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.1.1.1.1.

8.2.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.2.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.2.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.2.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização

8.2.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por Pregão Eletrônico, via registro de preços (modalidade Pregão, artigo 28 c/c artigo 78 dos Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021), com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, com tratamento diferenciado à ME, EPP e Equiparadas, nos termos da Lei 14.133/2021 c/c LC 123/2006.

9.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados

de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.13. Habilitação Jurídica:

9.13.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.13.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.13.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.13.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.13.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.13.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.13.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

9.14.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.14.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.14.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.14.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.14.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

10.2. Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

10.4.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.2. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.4.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.4.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.4.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.7.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, dentre outros, conforme artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

12.1.2. A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, aseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

12.1.3. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

12.1.4. As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

12.1.5. Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

12.1.6. Arcar com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: locomoção de pessoal técnico, seguros e acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhista, encargos fiscais e demais despesas necessárias à plena prestação dos serviços.

12.1.7. Fornecer toda mão de obra, materiais, transportes, ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços.

12.1.8. Empregar quantitativo necessário de funcionários, face a todos os serviços a serem executados, uma vez que o serviço poderá ser executado simultaneamente em todas unidades e setores da Secretaria Municipal de Saúde.

12.1.9. Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com as datas e horários previamente agendados pelo **CONTRATANTE**, para fins de execução dos serviços contratados.

12.1.10. Manter os empregados, quando da execução dos serviços, ou ainda nas dependências das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá.

12.1.11. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cujo desempenho e conduta sejam considerados, pelo **CONTRATANTE**, inconvenientes para o desempenho das atividades.

12.1.12. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela **CONTRATANTE**, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções.

12.1.13. Não cabe a **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade por atos de negligência do pessoal da **CONTRATADA** durante o horário de trabalho.

12.1.14. Substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados.

12.1.15. Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da **CONTRATANTE**;

12.1.16. Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**;

12.1.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

12.1.18. Proceder à supervisão das atividades de gerenciamento, orientação, controle acompanhamento dos serviços, designando para tanto um preposto, o qual deverá tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e responder junto à fiscalização.

12.1.19. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

12.1.20. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aqueles utilizados sob condição rotineira;

12.1.21. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências da **CONTRATANTE**;

12.1.22. Todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela **CONTRATADA** durante toda a vigência do contrato;

12.1.23. A **CONTRATADA** executará os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;

12.1.24. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede ao serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.25. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.27. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as

obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.29. Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.1.30. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.31. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.1.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.8. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.1.1. As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do **Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.**

14.1.2. Elemento de despesa: **33.90.39-42;**

14.1.3. Fonte de recurso: **1600 – SUS;**

14.1.4. Programas de Trabalho:

- **Hospital Municipal Raul Sertã:** 30001.10.302.0085.2.202;

- **Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro:** 30001.10.302.0085.2.203;

- **Subsecretaria de Atenção Básica:** 30001.10.301.0083.2.193;

- **Estratégia de Saúde da Família:** 30001.10.301.0083.2.194;

- **CAPS:** 30001.10.302.0083.2.198;

- **Subsecretaria de Vigilância em Saúde:** 30001.10.305.0086.2.208;

- **Gerência de Saúde Mental – RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I:** 3001.10.302.0083.2.198

15. DOS CRITÉRIOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

15.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

15.2. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, e suas modificações definidas no Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

2.1.2. Negativa de Débitos Trabalhistas;

2.1.3. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

2.1.4. FGTS;

2.1.5. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

2.1.6. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

2.1.7. Estadual CND – referente ao ICMS.

15.3. O pagamento da despesa será efetuado conforme relação das limpezas semestralmente, respeitando os valores descritos na respectiva Ata de Registro de Preços. Desta forma não há o que falar em pagamento de valor fixo pela prestação do serviço, e sim pagamento correspondente ao quantitativo de limpezas a cada 6 meses.

15.4. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

15.4.1. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

Nova Friburgo/RJ, 08 de março de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Diana Roque Ecard
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 063.230

Ratifico o presente Termo de Referência nos termos da Lei Federal nº 14.133/21:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137

**TERMO DE VISTORIA – do Termo de Referência
(MODELO)**

Declaramos que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, CPF/MF sob o nº _____ visitou as dependências da(s) unidade(s) da Secretaria Municipal de Saúde, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços, objeto do presente, processo nº _____, Pregão Eletrônico nº _____ estando plenamente consciente da infraestrutura e das condições para a prestação dos serviços.

Nova Friburgo/RJ, ____ de _____ de 2023.

Representante da empresa

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA – do Termo de Referência
(Modelo)**

A _____ empresa _____,
CNPJ _____, _____ por _____ intermédio _____ do(a)
Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante,
declara ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e seus Anexos,
dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista no Edital, assumindo inteiramente
a responsabilidade ou consequências por esta dispensa.

Nova Friburgo/RJ, _____ de _____ de 2023.

Representante da Empresa